

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
TERRITÓRIO, AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

**Elementos para a elaboração social e técnica da
qualidade dos produtos agrícolas tradicionais**

António Fragata

EAN

Introdução

A estratégia de valorização dos produtos agro-alimentares com referência a uma área de produção, a um território ou a um saber-fazer é muito antiga para os produtos viti-vinícolas e mais recente para outros produtos com distintivos de qualidade, denominações de origem e indicações geográficas, que beneficiam de uma protecção jurídica. Esta política de qualidade desenvolveu-se sobretudo nos países europeus da bacia mediterrânea.

Uma denominação de origem é um objecto complexo resultante de um processo de construção colectiva que envolve, em regra, produtores, comerciantes e distribuidores. Numa fileira do sector agro-alimentar todos os actores são interdependentes e devem coordenar as suas acções em relação a um produto que, apesar de protegido, está sujeito às evoluções tecnológicas e da distribuição e à mobilização de novos saberes e competências. A evolução contemporânea e os recentes acontecimentos verificados no domínio da segurança alimentar provocam uma profunda incerteza acerca das qualidades dos produtos no momento das transações, para todos os operadores das fileiras e até ao consumidor final.

O quadro teórico da pluralidade das “convenções de qualidade” e das “formas de coordenação” parece ser particularmente pertinente para analisar os processos de construção da qualidade por um grupo heterogéneo de actores.

A protecção comunitária de produtos agro-alimentares tem gerado fortes expectativas acerca da capacidade das especificações dos produtos em gerar processos de desenvolvimento locais e duráveis. Portugal, como pequeno país, detém uma quota muito significativa de denominações de origem e indicações geográficas (22 % em 1997), com e sem impactos, variável segundo os sectores, as regiões, os produtos e os actores intervenientes.

A especificidade do objecto de estudo e do quadro teórico para o analisar dão ao terreno um lugar central no trabalho de investigação, concebido num duplo movimento: base de reflexão e análise da situação encontrada e local de experimentação e de verificação dos resultados obtidos. Por outro lado, o carácter de investigação - acção conduz à formulação das hipóteses *com* os parceiros de estudos. As organizações de produtores têm uma função primordial na construção evolutiva da qualidade dos produtos agro-alimentares.

Esta Comunicação* visa explicitar: 1) a problemática geral da qualidade dos produtos agrícolas tradicionais; 2) a necessidade de acordos no processo de qualificação dos produtos no quadro da Economia das Convenções; 3) a interpretação de resultados através das polaridades das formas de coordenação; 4) os processos de qualificação, em acções de terreno, no quadro da investigação - acção, da parceria e da “transdisciplinaridade”.

1- A qualidade dos produtos agrícolas tradicionais: problemática geral

Em 1988 a Comissão publicou no “Futuro do Mundo Rural” as linhas de orientação para o desenvolvimento da futura política agrícola. Nesse texto encontra-se expressa, em particular para as zonas rurais em declínio, a necessidade de uma política de qualidade e de medidas sobre as denominações de origem e de apoio à criação de “marcas de qualidade regionais” (Comissão das Comunidades Europeias, 1988: 34-39).

A reforma da PAC em 1992 marca a passagem para um novo modo de gestão da agricultura comunitária. A Agenda 2000 aponta entre seis características essenciais do que deverá ser o *modelo agrícola europeu*: “métodos de produção sãos, respeitosos do ambiente e capazes de fornecer produtos de qualidade que satisfaçam as exigências dos consumidores e uma agricultura diversificada, rica em tradições...” (Comissão Europeia, 1998: 5).

Além dos regulamentos relativos ao método de produção biológico e aos certificados de especificidade, um dos pilares da PAC 1992 é o Regulamento (CEE) nº 2081/92 relativo à protecção das denominações de origem e das indicações geográficas.

* Nos pontos 1, 2 e 4 seguiu-se de perto o trabalho de António Fragata “Elaboração social da qualidade em produtos agrícolas tradicionais. Carne Mirandesa, Queijo de Nisa e melão Tendral”, Oeiras, INIA, EAN, 1999, 105 p. (não publicado).

Os textos sobre a protecção de produtos com qualidade específica foram adoptados no meio de forte controvérsia entre os países do Norte da Europa (anti - protecção) e os da bacia do Mediterrâneo (pró - protecção). As divergências manifestaram-se no reconhecimento da qualidade particular dos produtos tradicionais e no seu papel nas estratégias territoriais e sectoriais (Association Nutrition Demain, 1991: 60-98). Sob a suspeita dos nossos parceiros anglo-saxões e escandinavos, que optam por uma política de marcas e de livre concorrência, os textos europeus sobre a qualidade específica foram adoptados com a contrapartida de uma grande objectividade e imparcialidade dos organismos de controle (Sylvander, 1995: 465).

Os propósitos do Regulamento 2081/92 são conformes a uma das linhas de estratégia de desenvolvimento rural defendida para a agricultura das nossas regiões interiores baseada em produtos tradicionais de alto valor biológico que oferecessem perspectivas de melhoria dos rendimentos dos agricultores e estímulo a um consumo mais alargado de produtos de qualidade (Barros e Fragata, 1992: 12-15). Também Lourenço (1998: 28-31) defende uma estratégia de forte enquadramento institucional e organizativo para os produtos regionais e locais de qualidade, como uma das formas de atenuar a crise da ruralidade portuguesa.

O referido Regulamento corresponde às expectativas dos consumidores que atribuem grande importância à garantia da origem dum produto e ao seu método de fabrico, ponto de vista particularmente grato aos países do sul da Europa.

Os resultados do inquérito aos consumidores portugueses sobre a problemática da qualidade, no âmbito do Programa Infante (CIDEF, 1997: 31-62), confirmam, em termos gerais, que a opção de compra de produtos alimentares frescos é orientada primordialmente pela relação estabelecida entre o preço do produto e a percepção da sua qualidade, com ligeiro predomínio do factor qualidade no fabrico / produção. Destacam-se ainda outros factores no acto de compra: o “respeito pelo ambiente”, a “garantia de segurança dos produtos” e a “origem / nacionalidade do produto”. A este respeito detecta-se uma forte predisposição dos consumidores pelos produtos alimentares frescos portugueses. Outro aspecto a considerar é o facto dos grupos sociais mais elevados associarem a qualidade mais aos cuidados no fabrico / produção e à certificação do que à apresentação dos produtos.

Nas incontornáveis relações com a *técnica*, a problemática de melhoria e promoção dos nossos recursos endógenos merece algumas palavras acerca do processo de inovação no mundo agrícola e rural.

Afirmar que no sector agrícola e agro-alimentar os desafios de hoje são produzir melhor em vez de produzir mais, é reconhecer que não se trata somente de uma mudança de objectivo. Para produzir melhor os agricultores e os técnicos que têm de aconselhar, controlar e conceber modos de produzir são obrigados a mobilizar novos saberes e novas competências. Põe-se assim a questão dos processos de ajuda à decisão dos agricultores e, de forma mais alargada, dos processos de inovação em agricultura.

Os economistas e os sociólogos da inovação procuram ultrapassar a abordagem “difusionista” clássica considerando, em particular, os processos de aprendizagem através dos quais se opera a apropriação de novas tecnologias no seio das organizações. Sob esta perspectiva a inovação é originada por relações de partenariado e de cooperação no seio de “redes sócio-técnicas” (Callon e Law, 1989: 114-115).

Neste contexto, o processo de inovação não pode ser abordado unicamente como forma de adopção de *inputs* ou de equipamentos sob o efeito de oportunidades tecnológicas ou de novas condições de mercado, nem ser assimilado à difusão no meio agrícola de modelos produzidos pela investigação.

2- A exigência de acordos no processo de qualificação dos produtos agrícolas e a Economia das Convenções

Como se referiu, a segunda parte desta Comunicação focaliza-se nas formas de coordenação e nos acordos entre actores envolvidos no processo de qualificação.

A literatura sobre a qualidade é abundante e ilustra a importância da dimensão subjectiva do processo de apreciação de um produto. Esse processo leva à formulação de um juízo de valor acerca do que é a qualidade do produto para um dado indivíduo, sem que tal avaliação seja partilhada por todos, o que, aliás, é caso raro. As análises teóricas sobre a qualidade contornam esta dificuldade apoiando-se em diferentes abordagens que, na falta de objectivar o impossível, formalizam o quadro e os métodos de elaboração e de gestão da qualidade (Lassaut, 1998: 1).

Uma primeira abordagem define a qualidade de forma generalista, aberta e valorizando a finalidade do produto como bem económico. É a definição escolhida no quadro da normalização dos métodos e princípios da gestão da qualidade (ISO 8402), que se recorda aqui: é “o conjunto de propriedades e características de um produto que lhe conferem a aptidão de satisfazer necessidades expressas ou implícitas (APQ,

1995:7). Uma segunda considera a construção social dos produtos tradicionais (Bérard e Marchenay, 1996: 44-52) e a dinâmica de elaboração das diferentes qualidades de um produto presente no mercado. A qualidade desse produto é o fruto de negociações sucessivas da produção ao consumo, entre quem oferece e quem procura: a qualidade final é o resultado de um processo de compromisso no conjunto de actores de uma fileira onde cada um joga com a sua estratégia (Sylvander e Lassaut, 1994: 32-33).

Pela primeira corrente, a qualidade é definida pelo cliente que tem sempre razão; pela segunda, a qualidade é definida por um consenso social expresso ou não em normas (Sylvander, 1995: 465).

A primeira abordagem, de raiz anglo-saxónica, baseia-se na diferenciação da qualidade dos produtos como factor de competitividade das empresas e na identificação perfeita da sua especificação perante o consumidor. A força da teoria neo-clássica assenta num processo axiomático e estrito da racionalidade dos agentes e das condições em que se combinam as decisões individuais para formar um todo, de nível lógico superior, baseado no rigor de uma formalização matemática: a racionalidade dos indivíduos resume-se a um processo de optimização sob restrições, expressa em geral pelo critério da maximização; a coordenação é realizada através do mercado em condições que regem a possibilidade de atingir um equilíbrio geral (Heintz, 1992: 105-106). Para a teoria neo-clássica a compreensão da informação transmitida numa etiqueta ou embalagem torna-se uma questão primordial. Quando tal não acontece a assimetria da informação poderá provocar um fenómeno de selecção negativa que impedirá o funcionamento do mercado (Orléan, 1991) citado por Sylvander (1995: 469). As dificuldades encontradas pela teoria neo-clássica e suas filiações na análise da qualidade dos produtos levantaram interrogações que desembocaram na formulação relativamente recente da abordagem científica conhecida por “Economia das Convenções”.

Ao contrário da abordagem neo-clássica que considera a qualidade exógena, a teoria das convenções admite que a qualidade é endógena, o que significa que o processo de definição do produto é uma parte da actividade económica (Lassaut e Sylvander, 1997: 4).

A teoria das convenções teve grande expansão em França no domínio da economia do trabalho - com O. Favereau, L. Thévenot e F. Eymard-Duvernay (ver o número especial de *Revue Economique*, vol. 40, nº2, 1989) - e mais recentemente no

da qualidade dos produtos agrícolas (ver *Agro-Alimentaire: une économie de la qualité*, Nicolas e Valceschini, 1995).

No sector agro-alimentar, como na economia em geral, é elevada a incerteza sobre a qualidade dos produtos. Vários factores acentuam a característica da incerteza, entre os quais se contam a variabilidade das matérias primas, a dificuldade do controle técnico sobre os processos de produção e a falta de coordenação entre os actores de uma dada fileira.

Uma certa operacionalidade na análise de situações reais só foi possível depois de elaborado um modelo geral de análise “não-standard”. Este fundamenta-se no trabalho dos sociólogos L. Boltanski e L. Thévenot acerca das justificações e das modalidades de acção colectiva e culminou na noção de “convenção” que constitui o núcleo da análise “não-standard”.

Deve-se a Thévenot (1989: 190-193) a formulação de duas importantes observações em relação às hipóteses de racionalidade das duas teorias:

- a racionalidade da teoria standard impõe uma dissociação entre legitimidades individual e colectiva da acção, sem ter em conta o equilíbrio geral do “conjunto” das duas legitimidades;
- os critérios de apreciação destas legitimidades devem ser modificados, passando a preferir-se a acção “satisfatória” ou “justificável” à acção “racional”. Está-se no domínio da escolha satisfatória e da racionalidade limitada de March e Simon (1979: 135).

Esta dupla modificação impôs a pesquisa de um quadro coerente de justificação das acções (Boltanski e Thévenot, 1991). Estes autores, baseando-se em textos fundamentais de filosofia política que definem os ideais de harmonia social, retiram seis pontos axiomáticos para a construção social de um “bem comum”. Apoiando-se depois em casos práticos estabelecem regras que definem um comportamento individual coerente com um dado quadro colectivo e fazem o recenseamento de seis “mundos” ou “universos” que satisfazem aquele referencial axiomático. Estes “mundos” constituem as “formas de coordenação” ou “convenções” fundamentais, os quais são quadros coerentes para a justificação individual e colectiva da acção dos actores e têm uma relação directa com a qualificação dos bens.

Considerando que os actores para se coordenarem são levados a justificar as suas acções em referência a várias “ordens de grandeza”, Boltanski e Thévenot (1991: 200-262) propuseram seis modos diferentes de coordenação:

- *laços interpessoais*: os actores conhecem-se e negociam entre si as qualidades dos produtos: convenção doméstica ou interpessoal ou “ordem da confiança”;
- *notoriedade*: os actores levam em conta a reputação das empresas e dos produtos mais conhecidos: convenção de opinião ou “ordem do renome” e das marcas;
- *standards*: os actores julgam a qualidade pelas normas técnicas definidas e implementadas: convenção industrial ou ordem da “eficiência” baseada em controlos e certificação por entidades terceiras com aptidão reconhecida;
- *ideias originais*: os actores aderem à emergência de ideias inovadoras para julgar a qualidade: convenção de inspiração ou ordem da inovação;
- *valores da sociedade*: os actores deliberam a qualidade tomando como referência interesses cívicos, como o ambiente, a protecção de um sector ou região: convenção cívica ou “ordem do colectivo”;
- *mercado*: os actores são capazes de fazer um julgamento directo da qualidade do produto através da referência ao seu preço: convenção mercantil ou “ordem da concorrência”.

A evidência de uma diversidade de convenções permite abordar a questão da qualidade sob um ângulo diferente e relativamente novo. A pluralidade põe em causa a objectividade dos produtos e volta a atenção do investigador para o quadro das relações entre as pessoas que conferem significação à qualidade.

3- As polaridades das formas de coordenação para interpretação de resultados

A pluralidade de modos de coordenação não deve ser vista como uma tipologia de comportamentos, mas como um conjunto de referências de um processo cognitivo colectivo que dão conta dos mecanismos de coordenação entre actores (Thévenot, 1989: 190). O universo das acções humanas é fundamentalmente complexo e a todo o instante é possível a referência a várias concepções de um bem, referindo-se os actores, para se justificarem, a convenções diferentes.

Neste sentido os investigadores da corrente convencionalista preferem falar de “qualificação” em vez de “qualidade”. A este propósito, Thévenot (1995: 41) sublinha que a diferenciação de uma pluralidade de “ordens de grandeza” evidencia que os dispositivos de coordenação eficazes são compósitos e oferecem possibilidades de

compromisso entre as diferentes ordens. É neste contexto que Sylvander (1995: 471) recoloca o estudo dos dispositivos de ajustamento sobre a qualidade específica e defende que os processos de actuação não se devem reduzir a um modo de coordenação única e que, pelo contrário, devem mobilizar uma composição de convenções de modo a atingir-se eficácia económica.

Aplicando os princípios da abordagem convencionalista, a interpretação de resultados desenrola-se, esquematicamente, no sistema de eixos “protecção - concorrência” (convenção cívica / convenção mercantil) e “norma - notoriedade” (convenção industrial / convenção de opinião) (ver Figura).

Como sublinhámos, a lógica de protecção das políticas de qualidade está ligada a imperativos de ordenamento do território (zonas em declínio, zonas frágeis), de protecção do ambiente (protecção integrada, produção biológica) e de defesa de sectores e de actividades débeis (carnes e queijos). Ao nível do direito internacional esta posição encontra raízes históricas na defesa de denominações famosas, como é o caso do vinho do Porto face à concorrência de novos países (EUA, África do Sul, Austrália) produtores de vinho do tipo *Wine Port* (Simões, 1998: 135-136).

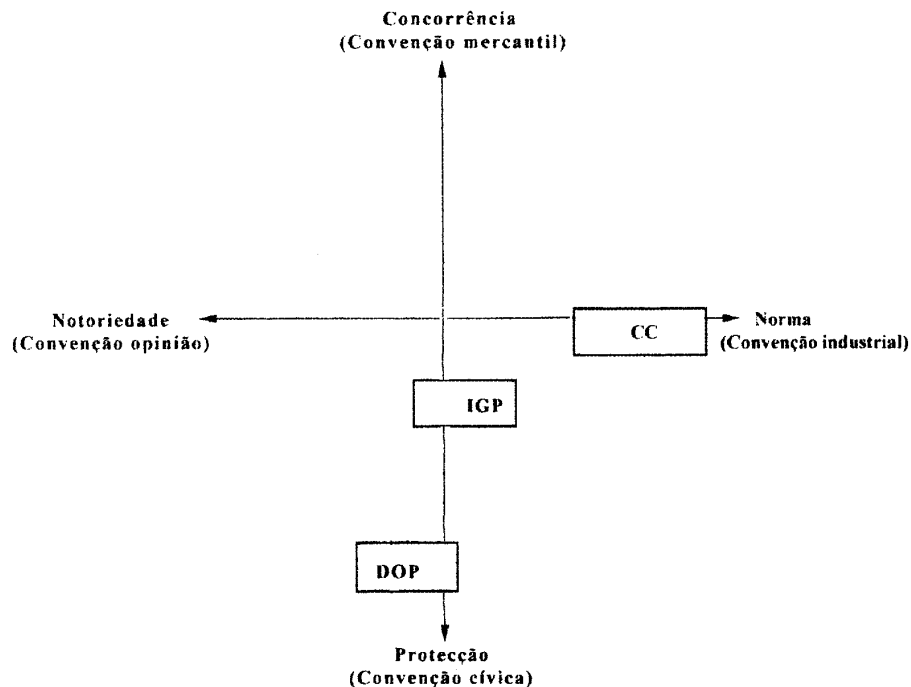


Figura – Sinais de qualidade e convenções [adaptado de Sylvander (1995:471).]

Inseridas nesta lógica, as DOP estão colocadas no eixo “concorrência - protecção”, em baixo e deslocadas para o lado da “opinião”. Nesta polaridade a qualidade das denominações de origem fundamenta-se em práticas específicas próximas de normas qualitativamente diferenciadas numa área geográfica homogénea, em saberes identificados e na ligação entre factores técnicos e qualidade dos produtos. Nesta medida temos tendência em colocar as DOP entre o polo “opinião” e o polo “norma”, com uma deslocação para o primeiro polo.

No mesmo eixo, mas mais acima e afastadas para o lado da polaridade “norma” colocamos as IGP, mais expostas a produtos concorrentes do que as DOP.

Sobre o eixo que opõe a “convenção opinião” à “convenção industrial”, no sentido de uma normalização, dispomos o “certificado de conformidade” (CC) que poderá, por exemplo, ajustar-se a processos de qualificação de horto-frutícolas fundamentados em referenciais relativamente objectivos e/ou em normas (Fragata: 1999: 12, 81-82).

Entre nós são escassos os estudos de casos, a maior parte a seguir referidos, que podem ser analisados sob a óptica das formas de coordenação.

O Queijo de Nisa DOP é produzido em queijarias artesanais e industriais. Com os produtores artesanais ocorre a coordenação doméstica baseada nos laços interpessoais entre produtores e consumidores e na “ordem da confiança” (Fragata *et al.*, 1999: 177), Marreiros (1999: 158), o que também foi evidenciado por Coelho (1990: 11-17) para o Queijo da Serra da Estrela. Em relação a este, Coelho (1990: 17) e Dinis (1999: 44) o último autor evidencia a importância do “preço por grosso” de queijos com qualidades diversas nas relações entre produtores e comerciantes.

Por outro lado, no caso do queijo de Nisa DOP os princípios da indústria moderna “equipamento avançado e mão-de-obra reduzida” não puderam ser adoptados de maneira simplista na produção de um queijo com tipicidade. Na sua área geográfica as maiores unidades queijeiras deverão procurar um modelo flexível para a gestão tecnológica do produto não circunscrito aos modelos artesanal ou industrial (Fragata *et al.*, 2000: 293).

Em relação a transacções verificadas com as IGPs Salpicão de Vinhais e Linguça de Vinhais, Tibério *et al.* (2001) salientam a importância do conhecimento pessoal e da confiança no produtor e na proximidade ao produtor proporcionada pela “Feira do fumeiro”, valores da convenção doméstica, e da adesão dos compradores aos valores cívicos da preservação da cultura, da tradição e do património da região

de origem. Os consumidores valorizam, ao mesmo tempo, aspectos da dimensão simbólica da qualidade e as práticas de criação dos suínos, a raça bísara e a tecnologia tradicional de fabrico que são, para si, os principais factores de qualidade do “fumeiro de Vinhais”.

Os referidos princípios servem também como instrumento para a compreensão da ausência de impacto de DOPs/IGPs.

No caso da “Castanha da Terra Fria”, DOP desde 1994 e sem certificação até 2000, os agentes da fileira têm diferentes modos de apreciação da qualidade da castanha e o comércio da castanha assenta em normas baseadas em calibres (Fragata e Condado, 1996: 31-32) que aproximam os agentes a formas de coordenação do tipo industrial sem qualquer referência a princípios da convenção cívica de uma DOP. Esta é a razão fundamental de ainda não se ter certificado um quilograma de castanha produzida na Terra Fria. O estudo desta castanha sugere que a análise cronológica, “histórica”, é indispensável na abordagem de produtos tradicionais. Torna-se necessário analisar no tempo as interações entre os agentes para ver como é realizado o ajustamento convencional. Por exemplo, sem constatar as raízes e a solidez do funcionamento do comércio da castanha da Terra Fria para o Brasil não é possível entender o insucesso da mesma como DOP. Tal contribuirá para obviar ao facto, repetidamente constatado, de a problemática dos produtos tradicionais ser abordada de forma demasiado isolada e intemporal, como se “tudo tivesse agora o seu início” ou com leituras redutoras e simplistas da mudança e da evolução (Ribeiro e Martins, 1995: 42-43).

Uma problemática semelhante de comércio dominado pelos calibres pode ser encontrada com os frutos protegidos no Nordeste Alentejano – castanha, maçã e cereja - cujo impacto na economia local tem sido nulo e que, como produtos com distintivos de qualidade particular, encontram dificuldades acrescidas no que se refere à aceitação por comerciantes (Fragata *et al.*, 2001: 17).

A proposta de certificação de produtos hortícolas do Oeste (Fragata e Portugal, 2000), com eventual certificado de conformidade, é um caso de dispositivo de coordenação compósito em que as relações entre grandes distribuidores, armazenistas e produtores se baseiam em coordenações “mercantis” e “industriais” em função da importância dada ao preço, à “cooperação comercial” (*rappels*, promoções, acções das lojas) e ao respeito por normas. No entanto, assiste-se a uma deslocação para coordenações do tipo “industrial-cívico” através da referência à protecção do ambiente, dos consumidores e da região Oeste.

4- Processos de qualificação de produtos no quadro da investigação-acção, da parceria e da “transdisciplinaridade”

Os agrónomos, em particular os mais ligados às ciências sociais, têm sido associados à acção geralmente junto de organismos de desenvolvimento e organizações de agricultores. A mobilização das competências técnicas e científicas nos processos de decisão pública não constitui facto novo ou original. No entanto há uma importante diferença entre a colaboração na definição de políticas de desenvolvimento e o propósito de produzir novos conhecimentos. O que será eventualmente novo é conceber a competência científica como um *trabalho de mediação* entre poderes públicos e agentes locais e como uma *mobilização de conhecimentos* com o fim de criar um espaço de negociação entre os actores que permita a constituição de um saber colectivo e crie as condições de um acordo (Sainte Marie e Casabianca, 1996: 1-2). Tal distinguirá a competência científica de outras formas de competência, normativas ou prescritivas.

As investigações no domínio da qualidade dos produtos agrícolas tradicionais, em princípio, têm em comum a participação de organizações de produtores e a ocorrência de acções de natureza vincadamente tecnológica. Isto resulta do facto de sermos confrontados com um trabalho de pesquisa de soluções para problemas com que se debatem os agrupamentos de produtores, como sejam: estratégia para aumentar a venda de carne de uma raça autóctone; redescoberta da tipicidade de um queijo tradicional; recuperação de uma afamada variedade de fruto (Fragata, 1999).

O facto dos estudos serem desencadeados por quem tem necessidade de informações / conhecimentos acerca de uma situação / problema, a fim de encontrar soluções e agir, é a circunstância caracterizadora que situa esses trabalhos no quadro da investigação - acção, com os seus tipos concretos de actividades e operações (Esteves, 1986: 266-276).

Actualmente, numerosas questões do ambiente e da gestão da qualidade não podem ser apreendidas fora dos jogos sociais e institucionais que sustentam as relações entre os múltiplos agentes envolvidos.

Um denominador comum ao que se chama investigação-acção é a participação dos actores sociais no processo de investigação. Tal impõe como método não separar a técnica do campo social. Mas não no sentido clássico da interdisciplinaridade, onde “cada investigador traduz à sua maneira a “questão da prática” em “questão científica”, elabora os seus protocolos e produz os seus resultados, para depois, com a colecção

de resultados obtidos, fazer-se um trabalho de síntese para uma resposta unificada, cujo fruto é medíocre como prova a experiência” (Sebillotte, 2000: 538-544. Para ultrapassar esta limitação aquele autor propõe:

- (i) um “*partenariado*” baseado na “construção de um objectivo comum” e na criação de uma “solidariedade orgânica” no seio de uma “configuração de actores”;
- (ii) uma “*transdisciplinaridade*” assente na delimitação por subconjuntos das “questões da prática” e na elaboração para cada subconjunto de uma “teoria” sintética aceitável pelos investigadores reunidos.

Para poder restituir os resultados aos parceiros, sob forma utilizável, é necessário construir uma representação que comande a acção desde a partida e coordene os “pedaços de conhecimentos” a produzir e a acrescentar aos já existentes, a fim de lançar potenciais acções possíveis. Coordenar um colectivo de investigadores num projecto unificado pela (e para) a acção sob estes princípios foi, para Sebillotte (2000), uma forma de recriar a profissão de investigador e de provocar uma ruptura nas actividades do INRA através de investigações consagradas ao desenvolvimento regional e local.

Conclusão

Os países da Europa do Sul integraram os distintivos de qualidade numa ferramenta de política agrícola que, em princípio, contribuiria para a organização das fileiras e para o desenvolvimento dos territórios de origem.

Para os defensores do quadro teórico da Economia das Convenções a actividade económica é socialmente construída e mantida e historicamente determinada pela acção individual e colectiva expressa através de organizações e instituições.

Por definição com forte ligação aos territórios de origem, os efeitos positivos das DOP/IGP nas nossas economias locais permanecem, no entanto, variáveis e incertos. Por uma lado, constatamos a importância da convenção doméstica (queijos e fumeiro tradicionais), da convenção mercantil no Queijo da Serra da Estrela e da convenção “cívico-industrial” alternativa para o queijo de Nisa; por outro lado, verificamos a ausência e ineficácia de frutos com DOP/IGP decretadas na base de valores de protecção do território mas sem elaboração sob os pontos de vista social e técnico.

Os produtos com qualidades específicas são campo fértil para a acção de investigadores na mediação, como especialistas, entre os actores locais e os poderes públicos que decidem acerca dos critérios de apreciação dos produtos tradicionais.

Referências bibliográficas

- APQ, 1995. *Norma Portuguesa, NP. EN 29 004-2 1994*. Monte da Caparica, IPQ, 29 p.
- Association Nutrition Demain, 1991. *Produits agricoles et alimentaires de qualité. Importance économique des marchés et potentiels de développement*. Bruxelles, Commission des Communautés Européennes, 123 p. + annexes.
- Barros V. C., Fragata A., 1992. A agricultura familiar e os desafios da integração no Mercado Comum. In : *Temas de Economia e Sociologia Agrárias*, A. Correia, M. M. Valagão e E. Cosme (coords.), Lisboa, INIA, DEESA, p.1-15.
- Bérard L., Marchenay P., 1996. La construcción social de los productos de la tierra. *Agricultura y Sociedad*, 80-81: 31-56.
- Boltanski L., e Thévenot L., 1991. *De la Justification. Les économies de la Grandeur*. Paris, Gallimard, 483 p.
- Callon J., Law J., 1989. La science et ses réseaux. In : *La protohistoire d'un laboratoire*, M. Callon (dir), Paris, La Découverte, p. 66 - 116.
- CIDEC, 1997. *Programa Infante. Estudo de opinião sobre a qualidade e o consumo de produtos portugueses*. Monte da Caparica, Instituto Português da Qualidade, 127 p.
- Coelho I. S., 1990. O Queijo da Serra. *Programme de Recherche Agrimed: Les Micromarchés Alimentaires : Produits Typiques de Qualité dans les Zones Méditerranéennes*, Lisboa, 23 p.
- Comissão das Comunidades Europeias, 1988. *O Futuro do Mundo Rural*. Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 71 p.
- Comissão Europeia, 1998. *Agenda 2000- Que futuro para a agricultura europeia?*. Brussels, CE DG VI, 16 p.
- Dinis I., 1999. Denominações de origem e desenvolvimento rural: o caso do “Queijo da Serra”, ISA-DEASR, 51 p.

- Esteves A. J., 1986. A Investigação - Acção. In : *Metodologia das Ciências Sociais*, A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs), Porto, Afrontamento, 251-278.
- Fragata A., 1999. *Elaboração social da qualidade em produtos agrícolas tradicionais. Carne Mirandesa, Queijo de Nisa e melão Tendral*. Oeiras, Programa de investigação para prestação de provas públicas de acesso à categoria de Investigador Coordenador. INIA-EAN, 105 p.
- Fragata A., Alberto D., Coelho I., 1999. Social and economic impact of a PDO cheese ("Queijo de Nisa") on the local cheese production and processing (North of Alentejo, Portugal). In: *Livestock production in the European Less Favoured Areas*, J. P. Laker and J. A. Milne (Eds.), LSIRD network, Macaulay Land Use Research Institute, Aberdeen, 175-178.
- Fragata A., Coelho I. S., Alberto D., Portugal M., Gordo F., Carvalho H., 2001. *Fragilidades e potencialidades de frutos do Nordeste Alentejano com protecção comunitária- castanha, maçã e cereja*. IV Coloquio Hispano-Português de Estudios Rurales, Santiago de Compostela, 7-8 de junio de 2001, 20 p.
- Fragata A., Condado M., 1996. *A castanha da Terra Fria como caso de construção social da qualidade*. ANIMAR, Série Produtos Locais, nº 2, 36 p.
- Fragata A., Martins A. P. L., Vasconcelos M. M., 2000. Artisanal and industrial models of the PDO cheese "Queijo de Nisa" (North of Alentejo, Portugal). In: *The socio-economics of origin labelled products in agrifood supply chains: spatial, institutional and co-ordination aspects*, 67th EAAE Seminar, Editors Bertil Sylvander, Dominique Barjolle, Filippo Arfini, Paris, INRA, 287-293.
- Fragata A., Portugal M., 2000. *HortOeste Garantia- certificação da origem, qualidade e produtos hortícolas do Oeste, do produtor ao distribuidor*. Oeiras, INIA – EAN – DEESA, 53 p.
- Heintz W., 1992. *Modèles d'entreprises et conventions de qualité. Les entreprises de collecte-stockage sur les marchés du blé*. Thèse de doctorat, INA Paris-Grignon - INRA, Paris, 289 + annexes.
- Lassaut B., Sylvander B., 1997. *Producer-Consumer Relationships in Typical Products Supply Chains: Where are the Theoretical differences with Standard Products?* 52nd Seminar of the European Association of agricultural Economics, Parma, 19-21 June, 17 p.
- Lassaut B., 1998. *La Qualité: Définitions, Concepts, Catégories juridiques françaises et Europeennes, Evolutions*. Le Mans, INRA - UREQUA, 15 p.

- Lourenço J., 1998. *Sociedade da informação e qualidade dos produtos agrícolas portugueses*. Documento de Trabalho nº 13, Lisboa, DEASR, ISA, 35 p.
- March J. G., Simon H. A., 1979. *Les Organisations*. Paris, Bordas, 253 p.
- Marreiros C. I. G., 1999. *O marketing e as denominações de origem e indicações geográficas. O caso da Região Alentejo*. Lisboa, APDEA, 204 p.
- Nicolas F., Valceschini E. (éds.), 1995. *Agro-Alimentaire: Une économie de la qualité*. Paris, Economica, 433 p.
- Orléan A., 1991. Logique walrasienne et incertitude qualitative: des travaux d'Akerlof et de Stiglitz aux conventions de qualité. *Economie et Société*, série Economica, 14, janvier, 137-160.
- Ribeiro M., Martins C., 1995. A tradição já não é o que era dantes. A valorização dos produtos tradicionais face à mudança social. *Economia e Sociologia*, 60: 29-45.
- Sainte Marie C. de, Casabianca F., 1996: *Le travail d'expertise scientifique comme médiation entre acteurs locaux et puissance publique*. III Ecole Chercheurs Economie des Institutions, Innovations institutionnelles et Innovations techniques, Dourdan, 4-7 décembre, 19 p.
- Sebillotte M., 2000. Des recherches pour le développement local : partenariat et transdisciplinarité. *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, 3, 535-556.
- Simões O., 1998. *A Economia do Vinho no Séc. XX: Crises e Regulações*. Lisboa, UTL-ISA, tese de doutoramento, 451 p.
- Sylvander B., 1995. Origine géographique et qualité des produits: approche économique. *Revue de Droit Rural*, novembre, 237: 465-473.
- Sylvander B., Lassaut B., 1994. L'enjeu de la qualité sur les marchés des produits agro-alimentaires. In : *La qualité des produits alimentaires. Politique, incitations, gestion et contrôle*, J. L. Multon (coord), Paris, TEC & DOC Lavoisier, p. 29-59.
- Thévenot L., 1989. Equilibre et rationalité dans un univers complexe. *Revue Economique*, 40, 2: 147-197.
- Thévenot L., 1995. Des marchés aux normes. In : *La grande transformation de l'agriculture*, G. Allaire e R. Boyer (éds), Paris, Economica, p. 33-51.
- Tibério M. L., Cristóvão A., Fragata A., 2001. *Produtos tradicionais e construção da qualidade: o caso das designações protegidas Salpicão de Vinhais (IGP) e Linguiça de Vinhais (IGP)*. IV Coloquio Hispano-Português de Estudios Rurales, Santiago de Compostela, 7-8 de junio de 2001, 26 p.